

A eletricidade obtida a partir da queima de árvores nunca será verde

A aposta política europeia na utilização da biomassa florestal primária para a produção de eletricidade, para além da crescente contestação social, enfrenta a oposição de um vasto número de cientistas.

A própria proposta de revisão da Diretiva das Energias Renováveis (Diretiva 2018/2001/EU, também identificada por RED II), que esteve em consulta pública até ao passado dia 9 de fevereiro, está em processo de reescrita, após críticas posteriores por parte do Conselho de Escrutínio Regulatório da Comissão Europeia, contestando o défice de avaliação dos riscos ambientais potenciais do acréscimo de uso de biomassa para energia.

São múltiplos os relatos de perda de coberto arbóreo decorrente da produção de eletricidade, quer dentro do espaço da União Europeia, quer da importação de material lenhoso proveniente dos Estados Unidos, do Canadá, da Rússia e do Brasil.

A alegada utilização de “resíduos” florestais, para queima em centrais termoelétricas ou no fabrico de *pellets* de madeira, cai por terra quando se colhem registos dos parques de receção de matéria-prima destas unidades. O facto é que neles predominam, quase exclusivamente, as seções de troncos de árvores (toros). Em todo o caso, os designados “resíduos”, na verdade são sobrantes da atividade silvícola, essenciais à manutenção do fundo de fertilidade dos solos, mais ainda em Portugal, um país de maioria de solos muito pobres em teor de matéria orgânica.

Os espaços arborizados em Portugal são, há décadas, vítimas de sobre-exploração. Os incêndios têm vindo a acentuar a escassez de matéria-prima para suprir a capacidade industrial já instalada, seja no setor silvo-industrial, como no energético (por cogeração, por utilização de biomassa florestal primária em queima em centrais termoelétricas e na produção de *pellets* de madeira). O crescente número de unidades licenciadas para a queima de biomassa ou do fabrico de *pellets* de madeira, ocorrida significativamente após 2016, tem feito aumentar ainda mais a pressão sobre os recursos arbóreos nacionais. Os impactes nos ecossistemas, sobre a biodiversidade, os solos e os recursos hídricos têm sido muito nefastos.

Aos impactes sobre os ecossistemas acrescem os riscos da significativa poluição atmosférica e sonora inerentes ao funcionamento das centrais de queima de arvoredo. Veja-se o caso da central do Fundão.

A queima de arvoredo para a produção de eletricidade não produz menos emissões, nem gera menos poluição do que a queima de combustíveis fósseis. Na verdade, a opção pela queima de madeira corresponde a um retrocesso civilizacional, a 1850, ao período pré-industrial.

Tem esta opção pela bioenergia impacto no problema dos incêndios florestais em Portugal? É duvidoso! O impacto tem-se mostrado neutro ou negativo. O facto é que a madeira ardida tem um preço e um teor de humidade mais convidativos ao uso para a produção de eletricidade.

Importa ter em conta que, sendo este investimento desprovido de racionalidade, o mesmo só é viável com forte subsídio pública e com um considerável esforço financeiro por parte dos consumidores de eletricidade. Por outro lado, presta-se a intervenções especulativas, associadas à captação de fundos públicos, criados no âmbito da transição energética e da recuperação económica pós-pandemia.

Pelo exposto, as organizações signatárias apelam ao Governo português, à Presidência do Conselho Europeu e à Comissão Europeia para não viabilizarem o financiamento público à queima de árvores para a produção de eletricidade.

Lisboa, 25 de maio de 2021

As organizações signatárias:



Associação de Promoção ao Investimento Florestal



Associação Nacional de Ambiente



Associação Sistema Terrestre Sustentável



Associação Nacional de Conservação da Natureza



Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade



Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

Electricity from burning trees will never be green!

As well as facing growing challenges from civil society, Europe's political commitment to the use of primary forest biomass for electricity generation faces opposition from a vast number of scientists.

Further still, following criticism from the European Commission's Regulatory Scrutiny Board, which contested the lack of assessment of the potential environmental risks of increased use of biomass for energy, the proposal for the revision of the Renewable Energy Directive (Directive 2018/2001 / EU, also referred to as RED II) is in the process of being rewritten.

There are multiple reports of tree cover loss due to biomass electricity generation, both within the European Union and due to the EU's wood imports from the United States, Canada, Russia and Brazil.

The argument that forest "residues" are burned in power stations or in the manufacture of wood pellets falls apart when you look at the wood piles at these units. The fact is that the wood being used is almost exclusively sections of tree trunk (roundwood). Even if so-called "residues" were being burned—they would be more accurately described as left-overs from forestry activities—they are essential to maintaining soil fertility, especially in a country such as Portugal where a majority of soils are very poor in organic matter content.

Forested areas in Portugal have been victims of over-exploitation for decades. Fires have further increased the scarcity of raw materials available to existing industrial capacity, in both the industrial forestry and energy sectors (through cogeneration, the use of primary forest biomass in power stations and the production of wood pellets). Particularly since 2016, the growing number of licensed developments dedicated to burning biomass or making wood pellets has increased the pressure on national forest resources further still. The impacts on ecosystems, biodiversity, soils and water resources have been very harmful, and there are also significant risks of air and noise pollution inherent to these operations, as is the case in Fundão.

Burning trees to produce electricity does not produce less emissions, nor does it generate less pollution than burning fossil fuels. In fact, in terms of the development of our civilisation, burning wood in this way is a step back to the 1850s and the pre-industrial period.

Does bioenergy generation have an impact on the issue of forest fires in Portugal? This is doubtful! The impact has been shown to be neutral or negative. The fact is that burnt wood is more attractive from the perspective of energy generation, having less value and a lower moisture content.

Given that investment in biomass-burning is clearly lacking in rationality, it is important to bear in mind that it is only feasible with strong public subsidies and at a considerable financial cost to electricity consumers. It also lends itself to speculation and opportunism, whereby public funds made available to finance the energy transition and post-pandemic economic recovery are taken advantage of.

For these reasons, the signatories to this letter call on the Portuguese Government, the Presidency of the European Council and the European Commission not to subsidise burning trees for electricity generation with public funding.

Lisbon, 25 May 2021

Signatories:



Associação de Promoção ao
Investimento Florestal



Associação Nacional de Ambiente



Associação Sistema Terrestre
Sustentável



Associação Nacional de
Conservação da Natureza



Associação Portuguesa para a
Conservação da Biodiversidade



Grupo de Estudos de Ordenamento
do Território e Ambiente